



----- Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, compareceram, pelas dezasseis horas, na sede da Junta de Freguesia de Parada, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente, MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Nesta que foi a oitava reunião descentralizada do Município de Alfândega da Fé, estiveram ainda presentes alguns munícipes das aldeias de Parada, bem como os membros desta União de Freguesias. Compareceram também o Chefe de Gabinete da Presidência, António Simões, a Técnica Superior de Comunicação, Ana Catarina Ramos Teixeira e a Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, que secretariou a reunião. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, após o que foi aprovada, por **UNANIMIDADE**, a ata da reunião ordinária, realizada no dia oito de novembro do corrente ano, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros do Executivo, tendo sido dispensada a sua leitura. Depois foram tomadas as seguintes decisões: -----

#### **BALANCETE**

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e dois, que acusa o saldo de **€610.711,55** (seiscentos e dez mil setecentos e onze euros e cinquenta e cinco cêntimos), em dotações orçamentais e de **€213.814,37** (duzentos e treze mil oitocentos e catorze euros e trinta e sete cêntimos), em dotações não orçamentais. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e de um modo especial a Senhora Presidente da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira e os respetivos membros deste órgão autárquico. Cumprimentou ainda os membros da Assembleia de Freguesia que desde manhã acompanharam os membros do Executivo Municipal nas Presidências Abertas que fizeram nas aldeias de Parada, Sendim da Ribeira e Sardão e nesta reunião de câmara. Agradeceu também a todos os fregueses destas aldeias pelo acolhimento e receção que tiveram e disse que é um prazer estar na companhia de todos para poder ouvir as críticas e os problemas de cada um e poder senti-los para poder trazer algumas soluções. Explicou também que em cada Presidência Aberta feita, há lugar a uma reunião de câmara descentralizada para que todos possam ter a oportunidade de assistir e participar numa reunião de câmara e também poderem perceber o seu funcionamento e ainda colocarem questões. Cumprimentou ainda os que posteriormente irão poder assistir a esta reunião em formato digital, uma vez que está apenas a ser gravada e não está a ser transmitida em direto. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que iria falar sobre algumas atividades desenvolvidas e sobre aquilo que são os principais projetos deste Executivo bem como os trabalhos que irão ser desenvolvidos em conjunto com a União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira. Abordou, depois, uma questão que diz respeito a todos, nomeadamente à população de Parada e Sendim da Ribeira, que é o acesso ao Santuário do Santo Antão da Barca. O Senhor Presidente da Câmara explicou que com a construção do IC5, este acesso, que era feito de forma direta, passou a ser feito através de um caminho alternativo que veio a aumentar a distância que todos têm que percorrer para chegar ao Santuário. Disse que em 2010 (dois mil e dez) este problema tinha sido detetado e o Executivo dirigiu-se às entidades responsáveis para tentar solucioná-lo no sentido do acesso voltar a ser feito de forma direta e para que no decorrer dos trabalhos da construção do IC5 esta situação fosse acautelada e pudesse ser resolvida ainda



## Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 22-11-2022

durante o período de construção. Depois de algumas promessas feitas pelos construtores e pelo dono da obra do IC5, a empresa DIACE, a verdade é que a construção do IC5 terminou e as promessas não foram cumpridas. Entretanto disse que, em 2007/2008 (dois mil e sete/dois mil e oito), juntamente com a União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira e com todos os fregueses, enquanto o projeto esteve em discussão pública, poderiam ter feito um pedido para alteração e sugestão de alternativas, mas nada disso foi feito e não conseguiram resolver mais nada. Depois entre os anos de 2011/2012 (dois mil e onze/dois mil e doze) foram ao encontro das entidades oficiais e da extinta empresa “Estradas de Portugal” e outras pessoas, inclusivamente com membros do Governo. Informou que, depois de muita luta, trabalho, obstáculos e dificuldades, parece que existe “*uma luz ao fundo do túnel*”. Esclareceu que não será a solução ideal, nem aquela que muitos gostariam de ter, mas é uma solução que está a ser estudada e em fase de projeto de execução. Depois disse que esta informação foi dada pelo Gabinete do Ministro das Infraestruturas, há cerca de um mês. Explicou ainda que na Agência Portuguesa do Ambiente foi dispensado o Estudo de Impacte Ambiental e o que pode dizer é que o Senhor Ministro das Infraestruturas quer vir ao nosso território fazer a apresentação deste tão importante projeto que vem efetivamente a melhorar as condições de acesso ao Santuário do Santo Antão da Barca, é uma exigência do território, do Concelho de Alfândega da Fé, da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira e também da Confraria de Santo Antão da Barca. O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, referindo-se à praia fluvial/zona de fruição do Santo Antão da Barca, medida compensatória pela construção da Barragem do Baixo Sabor e que a EDP não quis assumir na fase final da construção desta Barragem e quis transmitir para a Autarquia, para a União de Freguesias e para a Confraria. Disse que obviamente a Câmara Municipal está sempre pronta para ajudar a encontrar soluções e em 2019 (dois mil e dezanove) entendeu aceitar essa responsabilidade da construção da Zona de Fruição da Praia Fluvial do Santo Antão da Barca e para isso assinaram um protocolo com a EDP, no sentido da EDP transferir o dinheiro com base num estudo prévio para a construção dessa praia fluvial. Disse que depois fizeram o processo de licenciamento junto da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que demorou quase dois anos a ser aprovado. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que a grande surpresa foi que quando fizeram o projeto de execução da construção da praia fluvial o valor de construção em vez dos quatrocentos mil euros que estavam inscritos no estudo prévio, passou para cerca de oitocentos mil euros. Foi por este motivo que a Câmara ainda não lançou esta obra, e enquanto não estiver assegurado o seu financiamento, a obra não pode iniciar e não pode ser nem a Câmara, nem a União de Freguesias nem mesmo a Confraria a suportar esta despesa que agora é o dobro. Informou ainda que nesta fase a empresa Movhera já assumiu que vai financiar o restante valor para a construção da praia fluvial do Santo Antão da Barca. No entanto, têm que esperar pela próxima Assembleia Municipal para aprovar o orçamento municipal de 2023 (dois mil e vinte e três), para depois lançarem o concurso. Explicou que este concurso não foi lançado porque a execução desta obra estava inscrita no orçamento na totalidade e esse investimento não vai acontecer em 2022 (dois mil e vinte e dois). No entanto será executada durante o ano de 2023 (dois mil e vinte e três, mas para isso tem de constar no respetivo PPI Plano Plurianual de investimento do Município e este Plano tem de ser autorizado e aprovado na Assembleia Municipal. O Senhor Presidente disse que se trata de uma obra importante e que todos anseiam por ela, pois é uma obra que servirá para dinamizar o espaço, o território e a água e os Lagos. Relativamente ao uso da água, o Senhor Presidente da Câmara informou que têm estado a tratar de licenciar alguns equipamentos de apoio à utilização e à fruição da água, nomeadamente dois ancoradouros, um junto à praia fluvial do Santo Antão da Barca e outro junto à ponte nova, que foi construída junto à aldeia de Sendim da Ribeira, na medida em que é um local estratégico de acesso à água e que será também um espaço de lazer. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que também anseiam pela reorganização da Confraria do Santo Antão da Barca, pois tem estado um pouco sem atividade. Neste momento existe uma Comissão Administrativa que está a fazer a transição e está a zelar pelo funcionamento da Confraria. Informou que já reuniram com essa Comissão Administrativa e sabem que o mais rápido possível será feito o processo eleitoral para que se constitua uma Confraria



com os seus órgãos sociais devidamente eleitos para que possam ter ainda mais estabilidade e poderem também pensarem num Plano de Atividades e num Orçamento para poderem trabalhar em conjunto o Santuário do Santo Antão da Barca e que todos reconhecem tem estado um pouco abandonado e desaproveitado e todos reconhecem que ninguém está a fazer um bom trabalho. Disse ainda que o Santuário de Santo Antão da Barca é uma das principais relíquias turística e religiosa que têm a nível do Concelho. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara informou que há uma grande vontade da Câmara Municipal, bem como da União de Freguesias de Parada de Sendim da Ribeira, em ajudar a Confraria. Desde já, com o dinheiro de investimento que ambas estas entidades já fizeram com a reabilitação de alguns caminhos que foram inundados com a construção da Barragem do Baixo Sabor, ou seja, o recebimento de cerca de vinte e poucos mil euros pela construção desses mesmos caminhos, no âmbito de um protocolo feito com EDP e que agora transitou para a Movhera. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara explicou que não querem receber esse dinheiro e querem que seja canalizado para a Confraria do Santo Antão da Barca e que para além desse dinheiro, serão ainda transferidos para a Confraria cerca de trinta e cinco mil euros, na sequência de uma medida compensatória que a EDP não cumpriu para a construção de um caminho de acesso da Parada ao Santuário do Santo Antão da Barca, caminho que existia pelo rio e como esse caminho não vai ser construído, o respetivo dinheiro será alocado noutro investimento importante que a Confraria, e todos os que a ela estão envolvidos, irão avaliar o seu destino e que muito em breve será assinado um protocolo tripartido para receber esse dinheiro que será de cerca de cinquenta e cinco mil euros. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que, relativamente ao Lar local e à APASP - Associação para o Apoio Social da Parada, com quem têm vindo a trabalhar, nem sempre têm podido ajudar esta Associação, conforme as suas expectativas e, neste momento, têm ainda pendente um apoio financeiro de €10.000,00 (dez mil euros) que querem ver se conseguem garantir o seu pagamento durante o mês de dezembro, apesar das dificuldades financeiras que estão a ter. Continuou elogiando o trabalho que estas pessoas, bem como a freguesia, estão a fazer para esta tão importante Instituição, que dá um apoio muito importante aos nossos idosos e às nossas famílias, criando postos de trabalho. Disse ainda que querem continuar a apoiar este projeto e que brevemente esta Instituição será ampliada, uma vez que já têm um projeto de execução feito para ampliar o lar e criar mais cinco camas, atingindo assim a plena viabilidade do empreendimento. Depois disse que também irão, brevemente, avançar com um projeto que não é bem aquele que gostariam de fazer. Explicou também que há um ano alocaram cerca de €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros) para esta Associação, do Quadro Comunitário, mas quando fizeram o projeto de execução desta obra, o valor previsível rondava os €400.000,00 (quatrocentos mil euros) e entretanto subiu para cerca de €590.000,00 (quinhentos e noventa mil euros), e claro que nem a Associação nem a Câmara tem condições financeiras para poderem fazer esta obra na sua plenitude. Contudo o Senhor Presidente da Câmara disse que vão fazer uma parte da obra, que está relacionada com a eficiência energética, ou seja, a colocação de painéis solares e de bombas de calor para diminuir a fatura energética do lar e também melhorar as suas contas. Informou que em breve farão uma reunião para operacionalizar este investimento. Deu depois os parabéns a todas estas pessoas pelo seu trabalho e empenho pelo bem comum e coletivo sem qualquer interesse e sem qualquer remuneração e que, por isso, é de louvar. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu-se a outro importante projeto, que também já está em execução e que irá beneficiar a União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, que é a Rota História a Fresco – Pintura Mural. Explicou que se trata de um projeto de índole religiosa e de caráter supramunicipal, ou seja, envolve as câmaras municipais de Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro e que vai ter nesta rota cerca de trinta capelas e igrejas onde vão reabilitar importantes pinturas a fresco que estas capelas e igrejas ainda têm nas suas paredes e que ao longo dos séculos foram sendo pintadas, com importantes pinturas, que hoje são muito valiosas e que querem valorizar para promoverem um turismo religioso e construir uma



Rota Supramunicipal que vai promover estes quatro municípios. Informou que relativamente a esta União de Freguesias, está envolvida a capela de Nossa Senhora do Rosário de Sendim da Ribeira, também, pelo valor da capela e pelo valor dos restauros que a capela teve, vai ser envolvida neste projeto a capela de Santo Antão da Barca. Para além destas, também farão parte deste roteiro a capela de Santo Amaro na Legoinha e também as capelas de Nossa Senhora de Jerusalém, em Sendim da Serra, a capela de S. Bernardino, em Valverde e a de S. Geraldo, em Valpereiro. Explicou que estas serão as capelas envolvidas neste projeto do nosso Concelho e que nos próximos anos irão trabalhar no sentido de as valorizar. O Senhor Presidente concluiu dizendo que são todos estes os projetos e trabalhos que irão desenvolver e que envolve esta União de Freguesias. Referiu-se ainda ao Regadio de Vilarchão-Parada, dizendo que a população da Parada “*emprestou*” o nome a este regadio e a fatia que têm dele é muito pequena, ou seja, num total de quinhentos hectares, a freguesia da Parada apenas irá beneficiar de cerca de quinze hectares. No entanto, disse que é processo difícil. Brevemente irão avançar com as obras na Barragem de Gebelim e, finalmente já têm a declaração de impacte ambiental que lhes permite construir aquela Barragem e, em parceria com a Barragem da Camba, ambas irão abastecer o Regadio da Camba e o futuro regadio de Vilarchão-Parada. Entretanto, o Senhor Presidente explicou que este regadio não chegará ao planalto da Parada mas podem e devem ser criadas condições para os agricultores que estão na zona limítrofe ou mesmo fora do perímetro de rega, possam vir a utilizar essa água no futuro. O Senhor Presidente da Câmara passou depois a palavra aos Senhores Vereadores e à Senhora Presidente da União de Freguesias, Ana Maria Pereira. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Presidente da União de Freguesias que agradeceu a presença de todos os membros do Executivo, bem do seu empenho e apoio, sentindo-se muito lisonjeada por recebê-los e são sempre muito bem-vindos. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Vereador Vítor Bebiano. Começou por cumprimentar todas as pessoas presentes, bem como aqueles que assistem em casa através das redes sociais. Disse que estava bastante gente presente e que isso era sinal que se interessam pela freguesia e pelos seus problemas. Disse que este tipo de reuniões é importante e que a política só faz sentido para as pessoas estando junto delas e que estão aqui precisamente para os ouvir e para resolver os problemas que tenham. Continuando, disse que relativamente ao Santo Antão da Barca, o acesso, o equipamento existente, a construção da praia fluvial, o transformar o Santo Antão da Barca numa atração turística que possa trazer pessoas e, cumulativamente, investimento para esta freguesia é de facto uma necessidade. Mas disse que já vamos doze anos atrasados e que a obra do IC5 nunca deveria ter terminado sem as negociações relativamente aos acessos terem sido feitas. Relativamente ao equipamento do Santo Antão da Barca, o Senhor Vereador disse que já o disse e repete, que têm sorte em viver num paraíso, onde os vândalos ainda não são em quantidade suficiente para terem arrancado as portas e as janelas e o pouco equipamento que está lá dentro, porque se vivéssemos numa cidade todo esse equipamento já não estaria lá. Por isso disse que é uma urgente a Confraria e a a Junta de Freguesia, em conjunto, arranjam uma forma de financiamento para se poder equipar aquele local e pô-lo a funcionar, ou através da própria Confraria ou esta delegar a um particular a sua utilização. Relativamente à praia fluvial, o Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou se a EDP já tinha transferido o dinheiro, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que não, mas que a EDP queria transferir algum dinheiro só que não aceitaram e não querem receber nenhum dinheiro enquanto a obra não for lançada e tenham condições de avançar com ela. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que há ali duas questões que estão um pouco “*emperradas*” por uma questão de orçamentos, sendo uma a praia fluvial e outra a ampliação do lar de idosos da Parada. Assim sendo, perguntou se não seria possível a questão dos projetos irem ao encontro do dinheiro que existe neste momento do que andarem a saber de dinheiro para irem ao encontro dos projetos que são desenhados ou até arranjar “*um meio termo*”, porque isto acontece muitas vezes, ou seja, não avançam com a obra porque inicialmente estava previsto investir determinado valor e depois dispara para o dobro. Disse ainda que vê praias fluviais nos



arredores e duvida que se tenha gasto tanto dinheiro. O Senhor Presidente da Câmara disse que quando se faz alguma coisa, deve ser feita da melhor forma e não vão fazer uma obra para que depois no futuro não tenha expetativas de poder crescer. Todos sabem que os acessos para aquele local é bastante sinuoso e há que criar boas condições de acessibilidade, de estacionamento, de conforto para quem depois quiser usufruir do espaço. Esclareceu que para já não irá haver grandes equipamentos e irão aguardar pelos próximos Quadros Comunitários ou por investidores privados que se queiram associar ao Município. Para além disso disse que também têm que olhar para o que está inscrito no Plano Estratégico da Associação de Municípios do Baixo Sabor, pois esta tem um Plano no sentido de trabalhar os Lagos em conjunto com os outros Municípios para criar uma verdadeira rede nestes lagos. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara também explicou que o dinheiro que estava alocado para a Parada, no valor de cerca de €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros), não foi desaproveitado: cerca de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros) vão ser aproveitados para melhorar a eficiência energética do equipamento e a outra parte foi para a Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé, porque esta Instituição também tem um projeto de melhoria das suas Instalações, nomeadamente, a colocação de capoto, caixilharias, lavandaria, cozinha, camas articuladas e por isso vai ser aproveitado para apoiar outra IPSS que está a precisar. Referiu que o projeto da Parada está a ser feito pelo mínimo no sentido de atingir a viabilidade desta Instituição, ou seja, a construção de mais cinco quartos. Por conseguinte, o Senhor Presidente da Câmara disse que havia uma novidade, ou seja, disse que a Senhora Ministra, na passada sexta-feira, em Torre de Moncorvo, anunciou que está a ser preparado um novo diploma que vai simplificar a construção e a ampliação de equipamentos sociais e por isso vão aguardar por esta nova legislação e pode ser que seja possível diminuir algumas áreas. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse depois que, relativamente ao Lar da Parada, há duas situações que considera de extrema importância, sendo uma delas o abastecimento de água ao Lar. Disse que toda a gente sabe que no Verão ficam muitas vezes sem água, porque estão a ser abastecidos pelo depósito do Sardão e acha que é altura desta Instituição ser abastecida pela Parada. Em segundo lugar, o Senhor Vereador disse que seria importante haver um protocolo anual com cada uma das IPSS do Concelho, no sentido de saberem com o que podem contar da parte do Município ao final de cada mês, podendo, desta forma, dar uma segurança maior a cada uma delas e evitarem fazer pedidos de apoio e estarem muito tempo à espera. Esta seria uma situação em que ambas as partes teriam a ganhar, disse e, para além disso, devem também averiguar com a União de Freguesias a construção de uma sala maior do que esta onde está a decorrer a reunião, porque acredita que da próxima vez que vierem irão estar o dobro das pessoas. O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que já ajudaram, há um ano e meio atrás, com a ampliação deste edifício, obra essa que valorizou ainda mais as suas instalações. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, respondendo a uma questão que o Senhor Vereador Vítor Bebiano falou, quis que ficasse registada a evolução na sua forma de pensar relativamente ao apoio que a Câmara tem vindo a dar à Associação para o Apoio Social da Parada, que mudou, nos últimos anos. O Senhor Vereador Vítor Bebiano ripostou dizendo que sempre foi a favor do apoio a todas as IPSS. O Senhor Presidente da Câmara, referindo-se depois à situação do abastecimento de água ao Lar, disse que de facto existe um problema e têm vontade de construir um novo depósito de água no Sardão que lhes permita ter uma maior capacidade de armazenamento de água e também para resolver os problemas que o atual reservatório tem. Informou que esse reservatório está inscrito no Roteiro de Investimentos que fizeram no âmbito da venda das barragens, ficando, por isso, inscrito no POSEUR para fazerem esse investimento. Para além deste reservatório, também estavam inscritos mais dois reservatórios, sendo um na aldeia de Agrobom. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que, uma vez que vão fazer este novo reservatório na aldeia do Sardão, também querem reservar o reservatório existente para depois poderem utilizá-lo para a água do furo existente e para que as pessoas possam também utilizar essa água de forma conveniente. Disse depois



que o Engenheiro Nuno Jacinto está por dentro desta situação problemática que a Associação tem e é um problema que têm mesmo que resolver. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador José Almendra, cumprimentando todos os presentes. Disse que, relativamente ao Santo Antão da Barca, acha que poderia ser interessante, a União de Freguesias, juntamente com o Município, colocar um ou dois funcionários em permanência naquele local, no sentido de zelarem por aquele espaço, acolher visitantes, fazer manutenções diárias. Isto porque tem ouvido reclamações de pessoas que vão visitar aquele local, dizendo que querem ver os interiores e não podem e muitas vezes existem zonas deterioradas e mal cuidadas e assim poderiam solucionar esse problema. O Senhor Presidente da Câmara disse que concordava plenamente com o que o Senhor Vereador José disse e explicou que também sentem essa necessidade e que a Senhora Presidente da União de Freguesias ali presente sabe bem o empenho que tem tido junto das Instituições da Parada, para que de facto se possam sentar e reorganizar a Confraria, no sentido de terem órgãos sociais devidamente eleitos para depois poderem trabalhar um verdadeiro projeto para o Santo Antão da Barca. Disse que sozinho não consegue, sem o apoio da população desta freguesia e a União de Freguesias também está disponível para ajudar. Neste momento há uma Comissão Administrativa nomeada, no entanto, o facto de ainda não haver bispo nomeado não ajuda e o Administrador Diocesano não quer assumir responsabilidades neste processo. Disse depois que já reuniram com o pároco e que pretendem ter ali alguém de forma permanente, que zele pelo espaço, que receba os visitantes, que ajude a valorizar, de forma cultural, aquele espaço e que também seja um guia turístico, que seja responsável pela manutenção e que trabalhe em articulação com a União de Freguesias e com a Câmara Municipal. Pede depois para que todos se juntem, reúnam e se debrucem sobre este projeto. Esclareceu que já reuniram com os três membros que fazem parte da Comissão Administrativa e a sua intenção é que, em breve, possa reunir novamente com os três para poderem fazer um ponto da situação relativamente ao processo eleitoral e outros processo que eventualmente existam ou possam vir a existir. -----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **1. CENTRO CULTURAL DE BALSAMÃO – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DAS XXV JORNADAS CULTURAIS DE BALSAMÃO - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício e email, registados na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5476 (cinco mil quatrocentos e setenta e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo por correio eletrónico, através do qual solicitam um apoio financeiro para ajudar nas despesas efetuadas pagamento no âmbito das XXV Jornadas Culturais de Balsamão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, autorizar o pagamento do montante de €1.918,80 (mil novecentos e dezoito euros e oitenta cêntimos) ao Centro Cultural de Balsamão. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara através de despacho proferido em dez de novembro de dois mil e dois, que autorizou o pagamento do apoio no montante de €1.918,80 (mil novecentos e dezoito euros e oitenta cêntimos), ao Centro Cultural de Balsamão, no âmbito das XXV Jornadas Culturais de Balsamão, conforme ofício e emails enviados supra identificados. -----

#### **2. PROPOSTA APRESENTADA PELA AICAF – ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2022** -----

----- Sobre o assunto, presente uma proposta enviada pela Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, por email, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5476 (cinco mil quatrocentos e



setenta e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo por correio eletrónico, onde propõem a manutenção da realização do dia da Feira Municipal no dia dezassete de dezembro, apesar de ser sábado, como teste para situações futuras. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Disse que receberam a proposta da Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, a título experimental, para que quando uma das feiras que calhe num sábado, não venha a ser realizada no dia anterior, sexta-feira, como é normal. Isto para que não coincida com a feira de Bragança e Mogadouro, porque depois a feira de Alfândega da Fé torna-se uma feira muito fraca, com poucos feirantes. Por isso, a Associação entende que se poderia fazer um teste e enviou a todos os seus associados uma comunicação, no sentido de os auscultar e apenas teve sete respostas, sendo algumas favoráveis e outras não. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que a Direção da Associação decidiu, de forma unânime, enviar esta proposta à Câmara Municipal para ser discutida e analisada. Entretanto, disse que o que acordaram com a Associação foi que, mesmo que a feira no dia dezassete de dezembro seja no sábado, posteriormente, irão fazer um balanço dessa iniciativa em Assembleia Geral da Associação, onde ele também irá estar presente e para além disso, irão fazer uma consulta pública aos alfandeguenses para saber a sua opinião sobre a realização das feiras, sempre que o dia dezassete ou trinta e um coincidam com sábado. O Senhor Presidente esclareceu que serão poucas feiras assim, ou seja, em média, serão uma, duas ou três por ano. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano interveio dizendo que numa primeira análise não parece descabido, no entanto há questões que têm que ser colocadas, como é o caso dos transportes, pois ao sábado, as pessoas das aldeias não têm transporte para se deslocar para Alfândega. Outra questão é a dos serviços públicos estarem fechados ao sábado e muitas pessoas aproveitam o dia de feira para vir tratar assuntos nesses serviços. Por isso, disse que se a questão dos transportes ficar assegurada, a situação pode ficar resolvida. O Senhor Presidente explicou que essas questões também foram colocadas pelo Executivo e são questões pertinentes. No entanto, disse que não têm condições de garantir o transporte, na medida em que não tem meios financeiros, nem humanos para o fazer. Informou depois que os Municípios de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro já realizam as feiras ao sábado sempre que o dia coincida e também não garantem o transporte. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara disse que a realização da feira municipal ao sábado, pode permitir que um conjunto de trabalhadores que, durante a semana não têm disponibilidade para irem à feira, poderá ir ao sábado. Esclareceu ainda que esta situação é experimental, ou seja, é um teste que vão fazer que depois será avaliado pela Associação e pelos alfandeguenses. Entretanto, o Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou se não se poderia fazer um teste ao modelo de transporte por marcação antecipada para esta feira. O Senhor Presidente da Câmara explicou que ainda não têm essa capacidade e que quando o novo modelo de contrato de transportes públicos e escolares, que tem previsão de iniciar em março do próximo ano, poderão eventualmente poderem vir a conseguir fazê-lo, passando depois a palavra ao Senhor Vereador Rui Figueiredo para explicar melhor. Este, por sua vez, concordou que não têm condições de transportar as pessoas ao sábado, pois implica custos e gastos que não têm como suportar e que se trata, nesta fase, de um teste, para avaliar se de facto o transporte pode vir a ser assegurado. Depois disse que a melhor feira do Concelho é a feira anual e realiza-se a um sábado, e não há transportes nesse dia. -----

----- Depois de discutido o assunto, o Senhor Presidente da Câmara propôs que fosse feito um teste experimental com a realização da feira municipal do dia 17 (dezassete) de dezembro, sábado. Depois, no início do mês de janeiro farão um ponto de situação com a Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, onde poderia estar todo o Executivo, preparando depois um inquérito à população de forma geral para também poderem dar a sua opinião e logo se avaliará o resultado final. -----

----- O Senhor Vereador José Almendra acha esta ideia muito boa e disse que o formato de feiras que existe atualmente pode estar já um pouco desatualizado, isto porque há uns anos atrás, devido ao tipo de população e aos



trabalhos que cada um tinha, enquadrava-se, mas hoje, entende que não se enquadra tanto e de facto deve ser repensada a forma de funcionamento das feiras e ao realizando-se ao fim de semana pode fazer muito sentido, dando depois o exemplo de em algumas localidades haver feiras ao domingo e têm sempre muita gente. Disse que muitas vezes os feirantes não aceitam bem a mudança, mas é preciso arriscar. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara, aproveitando a intervenção do Senhor Vereador José Almendra, que achou muito importante, disse que este modelo de feiras está um pouco esgotado e de facto têm que inovar. Lembrou também que há uns anos atrás criaram um modelo de feira que era chamada de Feira dos Produtos da Terra, com o intuito de funcionar todos os sábados de manhã, onde os nossos pequenos agricultores poderiam ter os seus produtos agrícolas e vendê-los, até porque estão isentos do pagamento de impostos nas finanças. Infelizmente não conseguiram arranjar agricultores para implementar este formato de feira e agora o Senhor Vereador tem muita razão quando diz que esta mudança para um sábado até pode ajudar o paradigma e ajudar à fixação desta feira. Entretanto o Senhor Vereador José Almendra disse que o Senhor Presidente da Câmara tocou num assunto que entende ser muito importante que é a questão do Estatuto do Agricultor Familiar, que possibilita aos agricultores a venda dos seus produtos e disse que o Município também pode fazer outro trabalho importante, ou seja, temos muitas Instituições que consomem bastante, como é o caso das IPSS's e das Escolas, e o Município poderia organizar-se de forma a possibilitar a preferência na escolha dos produtos para que os pequenos produtores também pudessem escoar os seus produtos para estas entidades. O Senhor Presidente da Câmara aproveitou para dizer que têm agora uma grande oportunidade, também pelo facto de a nossa região ter sido recentemente certificada como Bio-Região e têm estado a trabalhar em conjunto com os restantes três concelhos para criarem dinâmicas coletivas e uma das áreas onde pretendem intervir é de facto a da produção biológica e terem feiras dedicadas a este tipo de produtos, bem como aos produtos da terra. Informou que também pretendem implementar o modelo das Bio-Cantinas para que as nossas cantinas possam valorizar os nossos produtos e os nossos produtores da região. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a proposta apresentada pela AICAF, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6841 (seis mil oitocentos e quarenta e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), no sentido de manter a realização da Feira Municipal do dia 17-12-2022, sábado, servindo de teste para situações futuras. Ficou ainda decidido que em janeiro do próximo ano será feito um ponto da situação com todos os membros do Executivo e será também feito um inquérito a toda a população no sentido de saber o seu grau de satisfação perante a realização da feira ao sábado. -----

### **3. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - 14ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM | GOPS 2022 - PARA CONHECIMENTO** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6593 (seis mil quinhentos e noventa e três), do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

### **4. AVALIAÇÃO DE CINCO TELAS PINTADAS DO ARTISTA PLÁSTICO AGOSTINHO SANTOS PARA REGISTO NO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO - PARA APROVAÇÃO**

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão da Cultura, Turismo e Desporto, registada na aplicação da Medidata sob o nº 6310 (seis mil trezentos e dez) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Relativamente a este assunto, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva. Explicou que, no âmbito de uma residência artística que decorreu na aldeia de Felgueiras, onde várias turmas da nossa escola foram ao encontro do artista Agostinho Santos, autor destas obras em causa, e elaboraram algumas obras que também foram entregues ao Agrupamento. Explicou que dessa Residência,



resultaram onze obras, sendo que cinco delas serão “internalizadas” no nosso espólio e estão avaliadas em onze mil euros. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que, à semelhança de outras situações idênticas, deverá ser feito um agradecimento ao artista, tendo pedido à Senhora Vice-Presidente da Câmara que o encaminhasse, em nome da Câmara Municipal, ao Senhor Agostinho Santos. Entretanto a Senhora Vice-Presidente deu nota da experiência profissional deste artista, referindo que é um artista de grande nome e reconhecimento a nível nacional e internacional e a quem estão muito gratos por esta participação e envolvimento na nossa Comunidade Educativa e Cultural. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar o valor da avaliação feita às cinco telas, devidamente identificadas na informação da Divisão da Cultura, Turismo e Desporto, registada na aplicação da Medidata sob o nº 6310 (seis mil trezentos e dez) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) e proceder ao respetivo inventário e registo no Património do Município. -----

#### **5. EMPREITADA DE “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO LAGAR D’EL REI” – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 2 TN - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação da Medidata sob o nº 6544 (seis mil quinhentos e quarenta e quatro) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou uma breve explicação sobre o assunto. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é conferida, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 2TN da referida obra. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, através de despacho proferido em onze de novembro de dois mil e vinte e dois, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 2 TN, no valor de €75.977,18 (setenta e cinco mil novecentos e setenta e sete euros e dezoito cêntimos), relativamente à empreitada de “Reconstrução e Ampliação do Edifício Lagar D’El Rei”. -----

#### **6. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – REMODELAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO – 2.ª FASE – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1 TN – PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente um documento remetido pela AMTQT – Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, registado na aplicação da Medidata sob o nº 6551 (seis mil quinhentos e cinquenta e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou uma breve explicação sobre o assunto. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é conferida, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 1TN da referida obra. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, através de despacho proferido em quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, contido no documento remetido pela AMTQT – Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, supra identificado, que aprovou o Auto de Medição nº 1 TN, no valor de €6.287,65 (seis mil duzentos e oitenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), relativamente à empreitada de “Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé – Remodelação e Requalificação – 2ª Fase”. -----

#### **7. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.3/22 – LOE(AP).224/22 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA ASSOCIADO AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A “HABITAÇÃO UNIFAMILIAR”, COM 44,9 M2, SITA EM “RIBEIRO” - SAMBADE,**



**FREGUESIA DE SAMBADE, REQUERIDO POR JOAQUIM EUGÉNIO RODRIGUES GONÇALVES - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-03, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento -----

**8. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.65/22 - CPR.279/22 - EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIO RÚSTICO (ARTIGO N.º 2426 DA FREGUESIA DE SAMBADE), REQUERIDO POR JAIME ANTÓNIO CANHA - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento -----

**9. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.67/22 - CPR.281/22 - EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS (ARTIGOS N.º 147, 283, 469, 647, 648, 742, 927, 1215, 1946 E 2548 DA FREGUESIA DE VILARCHÃO), REQUERIDO POR HERANÇA DE LUCINDA DE JESUS BORGES - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento -----

**10. PONTO DA SITUAÇÃO RELATIVAMENTE ÀS MEDIDAS DE COMBATE À SECA -----**

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Águas e Saneamento, registada na aplicação da Medidata sob o nº 6862 (seis mil oitocentos e sessenta e dois) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente sobre este assunto. Disse que neste documento, enviado a todos os membros, o Chefe da Divisão discrimina os trabalhos que foram feitos, nomeadamente em três vertentes. Uma delas está relacionada com as medidas de reforço de captações existentes, onde houve a necessidade de melhorar algumas nascentes na Serra de Bornes, abrir um novo furo na aldeia de Soeima, pois o furo existente secou, e na zona da Serra, que é de onde provém a água para abastecimento das nossas populações e foi onde se verificaram maiores dificuldades. Depois explicou que tiveram a implementação de medidas de poupança e também a incrementação da monitorização dos aspetos quantitativos e qualitativos, bem como da sua fiscalização. Entretanto referiu que nesse documento consta um gráfico muito interessante, através do qual podem ver o impacto que as medidas de poupança e a consequente preocupação geral tiveram, ou seja, a partir dos meses de agosto, setembro e outubro, graças ao esforço que foi sendo feito, às medidas que implementaram, sobretudo com o acatamento e com a pro-atividade e preocupação das nossas comunidades e à sensibilidade que as nossas populações tiveram e que por isso estão de parabéns, compraram e venderam menos água comparativamente aos dois anos anteriores. No entanto, disse que a situação continua muito preocupante e que apesar da chuva, a barragem de Sambade, até ao dia anterior, tinha perdido e continua a perder água, isto é, não ganharam nenhuma água nesta barragem. Explicou depois que têm tido alguns problemas na Vila com a má qualidade da água, nomeadamente com a sua turvação, algumas avarias e, inclusivamente, a entrada de lamas para a ETA e essa situação já foi alertada para o Administrador das Águas do Norte. Mas referiu que a água da Barragem de Sambade já é tão pouca que estão a ter problemas com a quantidade de ferro e manganês que a água tem. Entretanto lembrou que está a ser preparada a reativação da ETA da Barragem da Esteveinha e o Senhor Administrador das Águas do Norte garantiu que ainda na corrente semana essa ETA vai ser reativada para Alfândega da Fé e grande parte do Concelho passar a utilizar água da Barragem da Esteveinha. Entretanto informou também que foi distribuído um kit de redução de caudal de água a toda a população do Concelho e numa próxima visita os cobradores irão passar nas casas de cada um para saber se precisam de ajuda para a sua colocação. Para além disso disse que as Juntas de Freguesia também, estão disponíveis e têm estado em articulação com a equipa de cobradores



e canalizadores para, caso seja necessário, eles venham ao terreno fazer a aplicação e colocação desse equipamento. O Senhor Presidente da Câmara explicou que se trata de um investimento que o Município fez com o apoio do Fundo Ambiental, que financiou a 100% (cem por cento) no âmbito desta medida de apoio. Disse ainda que vão ter de continuar a implementar as medidas de poupança de água porque na verdade a Barragem de Sambade está em “rutura técnica”, a Esteveinha tem alguma água e a Barragem da Camba, felizmente está a recuperar e ainda tem muita água, mas é preciso continuar a acautelar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação supra referida. -----

**11. PEDIDO DE APOIO APRESENTADO PELO REQUERENTE COM O N.º 201 P (17/2021), AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Económica, Social e da Educação, registada na aplicação da Ação Social da Medidata sob o nº 203 (duzentos e três), do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, atribuir um apoio financeiro ao requerente com o N.º 201P (17/2021) no montante de €450,00 (quatrocentos e cinquenta euros) para ajudar no agregado familiar no pagamento de três meses de renda e assim ajudar a requerente a reorganizar o seu orçamento familiar, conforme referido na informação supra identificada. -----

**12. PEDIDO DE APOIO APRESENTADO PELO REQUERENTE COM O N.º 223 P (119/2022), AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Económica, Social e da Educação, registada na aplicação da Ação Social da Medidata sob o nº 229 (duzentos e vinte e nove), do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, atribuir um apoio financeiro ao requerente com o N.º 223P (119/2022) no montante de €300,00 (trezentos euros) para ajudar no agregado familiar no pagamento de dívidas que possui, conforme referido na informação supra identificada. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Usou da palavra para intervir o Senhor Dr. António Guedes de Almeida, na qualidade de representante e com mandato do casal ALFREDO MANUEL REGO e MARIA EUGÉNIA AFONSO REGO, na sequência da prévia inscrição feita e enviada por correio eletrónico no dia dezassete de novembro de dois mil e vinte e dois. Começou por dizer que gostou de assistir a esta reunião pública e que é bem que o Executivo se desloque junto da população que o elege, descentralizando assim, as decisões políticas com a participação dos interessados. Por conseguinte, referindo-se ao assunto de caráter administrativo que pretende abordar, disse que, depois de analisar o processo de construção de uma habitação, no centro da Vila, mais concretamente na Rua do Porto, entende que houve um certo descuido por parte do Licenciamento administrativo daquela construção. Após consulta feita ao processo na Câmara, observou que este processo tem data de junho de dois mil e vinte e dois e que o licenciamento foi feito ao regime da lei, designadamente, ao abrigo do Regime Jurídico da Edificação Urbana, o RJUE. O Dr. Guedes de Almeida disse que houve algum descuido, pois confronta flagrantemente com o Direito de Propriedade. Mostrou, depois, o requerimento inicial que foi entregue na Câmara Municipal e que foi preenchido por um munícipe, referindo que esse munícipe não é o proprietário daquele terreno, pois, depois de ver os documentos prediais, verificou que esse terreno pertence ao Senhor Alfredo. Entretanto disse que no requerimento refere que a obra a ser feita é de ampliação com cinquenta metros quadrados, mas que na verdade não se trata de uma ampliação mas sim de uma construção nova e que tem cerca de oitenta metros quadrados de construção. Disse depois que, ao abrigo do direito de propriedade, os proprietários daquele



terreno reagiram e foi apresentada a respetiva reclamação à Câmara Municipal e foi também feito um pedido de embargo cautelar daquela obra, mas a Câmara não aceitou. Por isso disse que estão aqui a comunicar que a obra continua e que no sábado passado esteve no local da obra, onde também houve lugar à intervenção da GNR para identificar quem estava a construir e que perante a “passividade” da Câmara vai ser proposto o seu embargo, como medida cautelar, sendo a legitimidade passiva da Câmara Municipal, bem como do construtor que estava na obra, o Senhor André. O Senhor Dr. Guedes de Almeida disse que esta intervenção foi feita no sentido de tentar sanar os problemas através do princípio da boa-fé, mas caso não seja resolvido, deverão prosseguir para a via judicial. Agradeceu depois o facto de lhe ter sido permitido estar presente nesta reunião. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara interveio agradecendo a intervenção do Senhor Dr. Guedes de Almeida. Cumprimentou o Senhor Alfredo e a Senhora Eugénia Rego. Disse depois que perante esta situação verifica-se a existência de um conflito de interesses entre privados. Concordou com o facto de a Câmara Municipal ter um papel importante, na medida em que tratou de um processo de licenciamento com base num registo da conservatória de usucapião. Disse que poderiam ter começado por colocar uma providência cautelar e o Tribunal seria, de facto, a entidade mais idónea para poder até embargar a obra. Explicou que o Município tem na sua posse um documento suficiente para a emissão do licenciamento. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente, Arquiteto Rui Gonçalves, que estivesse presente nesta reunião para poder prestar alguns esclarecimentos adicionais e responder a eventuais questões. -----

----- Usou então da palavra o Arquiteto Rui Gonçalves para esclarecer da melhor forma este assunto. Começou por explicar que em junho do corrente ano foi emitido o registo de isenção da obra em causa, na medida em que corresponde a uma obra de escassa relevância urbanística, previsto no Regulamento Municipal. Foi depois emitido o referido registo, à semelhança de todos os outros processos de registo de isenção, mediante os documentos prediais que foram apresentados no serviço e, neste caso concreto, têm uma certidão predial através da qual não detetaram qualquer anomalia e por isso foi emitido o respetivo registo de isenção. Disse ainda que, mais tarde, com a entrada do pedido de acesso ao processo por parte do Senhor Dr. Guedes de Almeida, bem como do embargo da obra, pediu apoio ao Gabinete Jurídico do Município, para o ajudar a interpretar esse pedido, no sentido de saber se poderiam dar cópia do processo a quem o estava a requerer, tendo sido esclarecido que sim. Através dos elementos facultados pelo Sr. Advogado Guedes de Almeida, os serviços verificaram que existia outro documento predial do mesmo local, bem como uma planta de localização do BUPI que lhes mostrava que o local seria o mesmo. Perante esta situação, foi entendimento dele, bem como do Gabinete Jurídico, que teriam de dar acesso ao processo, vendo que haveria ali algum litígio entre os privados e que esta situação não é da esfera do Município resolver ou decidir. Continuando, o Arquiteto Rui Gonçalves explicou que, relativamente ao embargo, a decisão foi não proceder ao mesmo, porque o documento predial através do qual se apoiaram para emitir o registo é válido, embora possam reconhecer que haverá algum litígio a decidir e a resolver, mas que não será o Município a tratar, mas sim os Tribunais. Sobre a área da obra, o Arquiteto Rui disse que não era de cinquenta metros mas sim de oitenta, pois posteriormente, dia onze de novembro foi feito um reconhecimento, através da fiscalização, que a obra não era de ampliação mas sim de construção de um armazém agrícola com oitenta metros e terá um alpendre de ligação à casa com catorze vírgula quatro metros. Disse que poderão também facultar as cópias dessa parte do processo. Concluiu a sua intervenção esclarecendo que as taxas da alteração feita foram pagas, pelo que o processo de alteração foi regularizado. -----

----- Entretanto, o Senhor Dr. Guedes de Almeida usou novamente da palavra dizendo que depois dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Arquiteto Rui Gonçalves, verificou que há uma desconformidade e irá ser proposta uma medida cautelar de embargo da obra, sendo os requeridos a Câmara Municipal e o proprietário da obra. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção feita pelo Senhor Dr. Guedes de Almeida e que acatarão a



ordem que lhes for dada pelo Tribunal. Entretanto o Senhor Dr. Guedes de Almeida, bem como os seus mandatários ausentaram-se da reunião. -----

----- Continuando, usou depois da palavra o munícipe José Garcia para dizer ao Senhor Presidente que existe um caminho que vai do cemitério até às fontelas e que apesar de várias promessas feitas, continua sem estar arranjado e pediu a colaboração da Câmara, para que em conjunto com a União de Freguesias, fizessem uma intervenção. -----

----- Por conseguinte, usou da palavra a munícipe Ilda Garcia dizendo que existe outro caminho em mau estado, ou seja, o caminho antigo por onde se ia para o Santo Antão. Entretanto, a munícipe Deolinda Parada confirmou e acrescentou que nesse caminho já se rebentaram dois pneus da sua carrinha e não podem passar por lá para ir buscar a azeitona. -----

----- De seguida, interveio o Senhor José Cancela dizendo que, no referido caminho, do qual as munições Ilda Garcia e Deolinda Parada falaram, tem um sobreiro que pode provocar um acidente, bem como um poço, na zona do Castelo das Marruças, porque está mesmo na berma do caminho e não tem nenhuma proteção e por isso pode ser perigoso e que deveria ser tapado. O Senhor Presidente, entretanto, perguntou se o poço seria de um particular, tendo o Senhor José Cancela respondido que sim, mas que o mesmo não se encontra na aldeia. O Senhor Presidente da Câmara perguntou à Senhora Presidente da União de Freguesias, Ana Pereira, se esse assunto já tinha sido discutido alguma vez, tendo respondido que não. Entretanto o Senhor José Cancela disse que havia outro ponto mais perigoso, perto do povo, do qual já falaram várias vezes e está na altura de intervir, isto porque o Senhor Gil ocupou um espaço em terra batida que é público, colocando lá pedra e fazendo uma parede. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara não é competente para a resolução de problemas de ocupação de espaços públicos e que esta competência é da Junta de Freguesia e é um assunto que deverá ser tratado em Assembleia de Freguesia. A Senhora Presidente da União de Freguesias confirmou que este assunto já tinha sido discutido em Assembleia de Freguesia. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Mário Alves para falar sobre a ligação ao Santuário do Santo Antão da Barca. Disse que tem conhecimento do traçado e que este problema já tinha sido colocado na Assembleia de Freguesia e posto a votação, tendo sido votado por unanimidade ninguém aceitá-lo. Disse que este traçado foi aumentado em mais quilómetros mas não havia necessidade de ter sido aumentado o percurso, pois havia várias alternativas e por isso sente uma grande indignação, pois não percebe o porquê disso ter acontecido. Disse ainda que tudo isto vai causar um grande prejuízo a vários proprietários de terrenos com olivais e outras culturas e não havia necessidade. -----

----- Posteriormente, interveio o munícipe Humberto Lourenço. Disse que é de louvar este tipo de trabalho que o Executivo Municipal está a fazer, na medida em que têm um contacto mais próximo com as pessoas. Referiu-se depois ao traçado de ligação ao Santuário de Santo Antão da Barca, discutido anteriormente pelo munícipe Mário Alves. Deu então uma sugestão, ou seja, têm a estrada nacional até ao cruzamento do Sardão e depois têm o atual cruzamento para o Santo Antão da Barca e que a sua ideia seria alcatroar o traçado que já existe e que ficaria barato, pois já tem gravilha. No entanto, reconhece que fica mais longe, mas tem uma excelente paisagem que é muito valorizada por quem visita esta zona, uma vez que existe Barragem dos dois lados do caminho, tornando a paisagem muito bonita e de excelência. Esta intervenção seria uma mais-valia para todos. Entretanto, o Senhor Humberto Lourenço, disse ainda que, relativamente ao Santo Antão da Barca, este equipamento está a ser muito mal gerido e lamenta que tudo esteja nas condições em que está, muito degradadas e sem nada ser feito. Disse que a Confraria fez o seu trabalho e foi louvável o que lá foi feito, mas seria de manter, lamentando também a nomeação que esta Comissão está a ter. Disse que antigamente havia uns estatutos e alguém quis alterá-los, originando esta confusão que agora se verifica. Referiu também que já estão há doze anos a perder, pois este local é um ponto que lhe diz muito e deu muito por ele e custa-lhe ver este espaço como está naquelas condições e ninguém estar a aproveitá-las, nem a Autarquia nem o Concelho. O Senhor Presidente da Câmara reconhece que é muito tempo e que concorda com o que Senhor Humberto disse, pois



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

## Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 22-11-2022

é uma angústia ver este projeto vazio. Pediu depois que as diferenças de opinião não criem desunião. Obviamente que cada um tem a sua opinião, mas está a fazer o seu melhor e não está aqui para criticar ninguém, até porque todos temos culpa, disse, na forma como tudo isto foi tratado. Explicou que tudo foi estudado e que quem, maioritariamente, foi contactado para analisarem todo o processo foram as pessoas da aldeia e da Confraria. No entanto, esclareceu depois que exigiram que o acesso permitisse o trânsito de autocarros e que, em várias reuniões que teve, explicaram-lhe que o trajeto sugerido pelo Senhor Mário Alves tem alguns problemas de segurança. Agora a situação que têm é no sentido de melhorar aquilo que já existe e vê que há vontade deste Ministro em resolver o problema. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara disse que se pode comprometer com a população da Parada a pedir que venha um membro do Governo a fazer a apresentação do projeto e venha também uma equipa técnica para, em conjunto, o analisarem de forma construtiva. Esclareceu depois que agora estão a dar a possibilidade deste projeto ser financiado diretamente pelo Orçamento de Estado e por isso têm que desbloquear de uma vez por todas esta situação, porque aquilo que quer é que o acesso seja feito nas melhores condições de segurança, de acessibilidade para todos e quer mesmo ajudar para que todo este processo fique resolvido. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse ainda que depois destes doze anos passados, têm que olhar para este processo de uma forma positiva, ou seja, há um Quadro Comunitário a terminar e está a aproximar-se um novo Quadro Comunitário, onde vão ter um Programa de Valorização Económico para os Lagos do Sabor, que vai trazer oportunidades que até aqui nunca tiveram e por isso, aquilo que é o sonho de cada um, pode ser agora construído e como tal, não vão desistir nem desmoralizar. -----

----- A Senhora Presidente da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, Ana Pereira, lembrou depois para que o Executivo não se esqueça do apoio já solicitado da limpeza das valetas e das bermas da Estrada Municipal. Alertou também para o facto da Estrada Nacional 319 (trezentos e dezanove) estar a precisar urgentemente de ser marcada pois com o nevoeiro torna-se difícil conduzir nesta estrada. O Senhor Presidente da Câmara informou que vai solicitar à empresa Infraestruturas de Portugal que faça essa marcação. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a lavrei, subscrevo e também assino. -

Presidente da Câmara Municipal: \_\_\_\_\_

Secretária da Reunião: \_\_\_\_\_

sandrac